

2021 - 2023

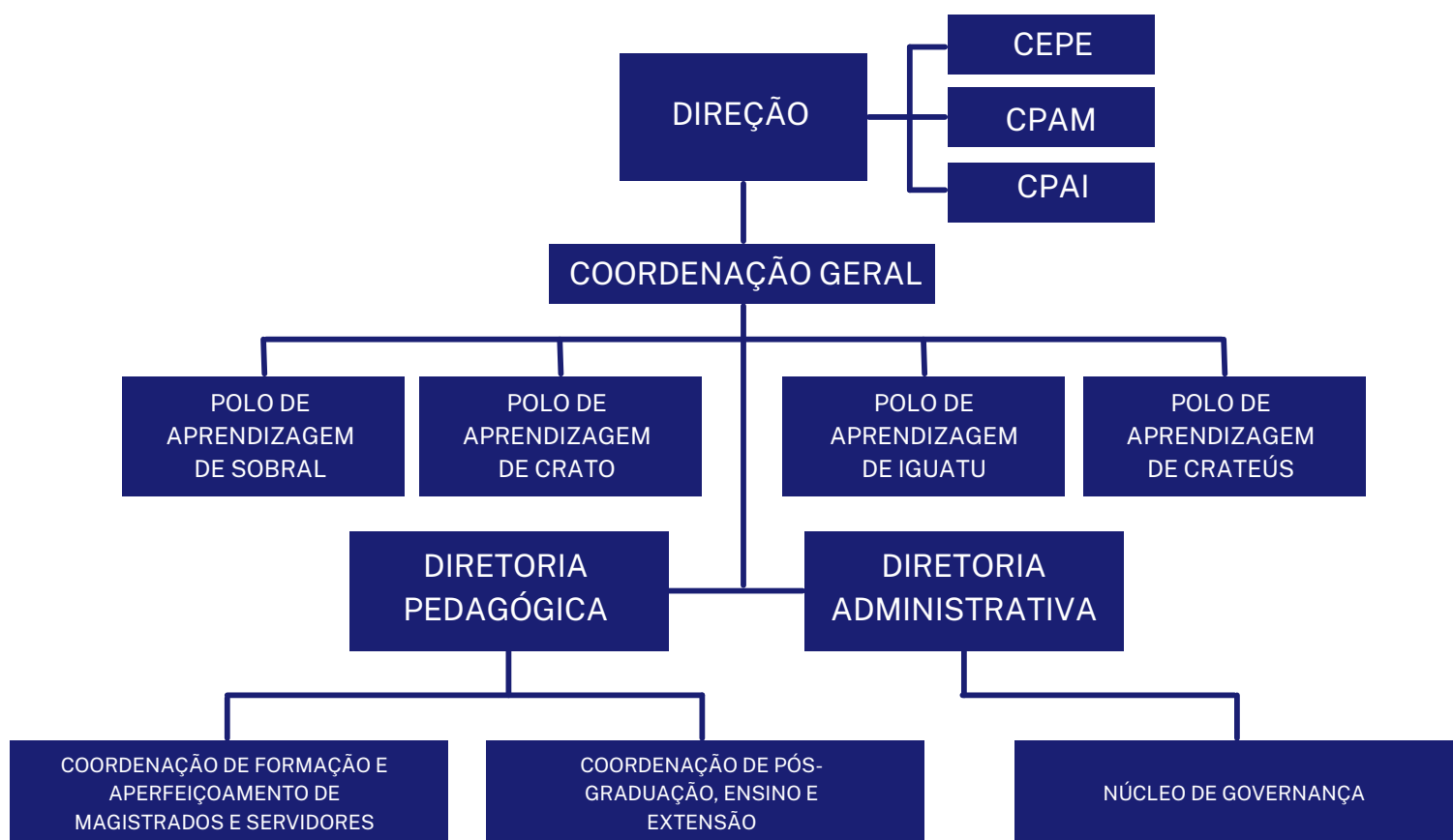
RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO



REFORMA ADMINISTRATIVA

O Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça aprovou o Assento Regimental nº 01 de 21 de janeiro de 2021 Assento Regimental nº01/2021 nova estrutura funcional da Esmec, que inovou na criação de Diretoria Administrativa para além do escopo pedagógico, dando tratamento ainda mais pontual ao planejamento estratégico e à governança. Com esse objetivo, foram criados também o Núcleo de Governança e a Coordenação de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



NORMATIVOS

Publicação do Assento Regimental nº 01/2021, que altera a redação dos artigos 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, e 23 e acrescenta os artigos 19-A, 19-B e 19-C, do Regimento Interno da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec).

Atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional

Atualização do Projeto Pedagógico Institucional

Portaria nº 02/2021	Designa membros para o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará Esmec, para o biênio 2021-2022.
Portaria nº 03/2021	Altera a Portaria ESMEC nº 19/2019 e nomeia os membros da Comissão Permanente de Avaliação Institucional (CPAI) da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (ESMEC).
Portaria nº 05/2021	Institui os Indicadores e Metas do Desdobramento do Plano Estratégico 2030 da Esmec.
Portaria nº 06/2021	Dispõe sobre a designação dos coordenadores de polos de aprendizagem da Esmec no interior do Estado.
Portaria nº 07/2021	Regulamenta o trâmite interno dos pedidos de credenciamento de cursos por parte dos formadores e tutores da Esmec.
Portaria nº 08/2021	Regulamenta a expedição de certificados no âmbito da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará.
Portaria nº 17/2021	Cria e Regulamenta a Comissão Interna de Acompanhamento dos Processos de Trabalho da Esmec – CIAP
Portaria nº 22/2022	Regulamenta o sistema de credenciamento de docentes no âmbito das ações educacionais da Esmec
Portaria nº 23/2022	Altera os Indicadores e Metas do Desdobramento do Plano Estratégico 2030 da Escola Superior da Magistratura do Ceará (ESMEC).
Portaria nº 03/2022	Edital para credenciamento de profissionais de nível superior que preencham os requisitos exigidos para exercer atividades de docência no âmbito das ações educacionais da Esmec
Portaria 39/2022	Fixa a retribuição financeira devida aos (as) palestrantes no âmbito da Esmec.
Portaria nº 40/2022	Regulamenta os pedidos de cancelamento de inscrição, inscrições simultâneas, desistências e consequências do descumprimento da Portaria Enfam n. 8/2018, no âmbito da Esmec.

GOVERNANÇA

DESDOBRAMENTO ESTRATÉGICO

O Desdobramento Estratégico da Esmec 2021 foi publicizado pela Portaria nº 5/2021 contendo os objetivos de contribuição assim como os indicadores e metas do desdobramento do Plano Estratégico 2030 da ESMEC. Os objetivos estão vinculados a, pelo menos, um indicador estratégico do TJCE e atrelados a uma meta. Foram 6 objetivos e 8 indicadores distribuídos da seguinte forma: [Portaria nº05/2021](#).

A Esmec acompanhou também o indicador 9 do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do TJCE que trata do Índice de Aprimoramento dos magistrados tendo como meta capacitar em 40 h/a 35% dos magistrados cearenses tendo sido capacitados **37%**.

Para o ano de 2022 o Desdobramento Estratégico foi reavaliado e a Escola passou a utilizar 5 objetivos e 7 indicadores distribuídos da seguinte forma: [Portaria nº23/2022](#)



Confira nos links abaixo os resultados de 2021 e 2022:

[RESULTADOS 2021](#)

[RESULTADOS 2022](#)

GOVERNANÇA

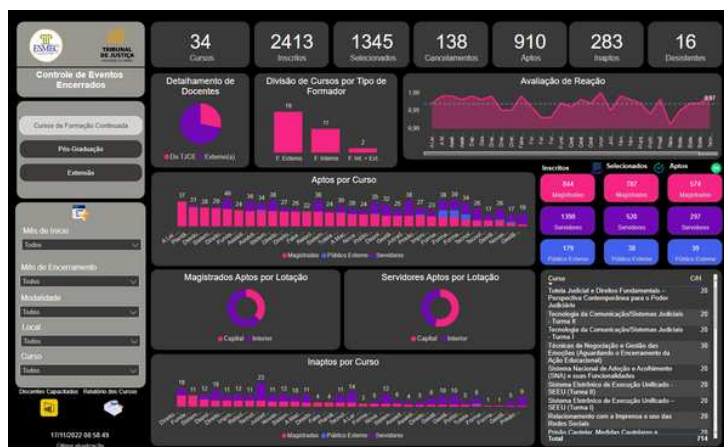
GESTÃO DE DADOS

Ademais, para dar suporte e tratamento aos dados das unidades, a Esmec foi contemplada com profissional de estatística para atuar junto ao Núcleo de Governança. Tal incorporação à equipe possibilitou a gestão dos principais dados com a construção de painéis do Power BI.

Painel 1 - Acompanhamento da Execução orçamentária



Painel 2 – Controle de eventos encerrados



Painel 3 – Discentes Capacitados



ADMINISTRATIVO

DESCARTE E DIGITALIZAÇÃO

REFORMA NO ESPAÇO FÍSICO

ESTÚDIO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

ANTES



DEPOIS



SALA DE REUNIÃO



SALA DE ESTUDOS

ANTES



DEPOIS



SECRETARIA

ANTES



DEPOIS



SALAS DE AULA

ANTES



DEPOIS



FORMAÇÃO INICIAL

O Planejamento do Curso de Formação Inicial está em consonância com o art. 93, IV da Constituição Federal, a Resolução 2/2016, além de seguir as orientações do art. 6º, inciso I, da Instrução Normativa Enfam n. 1/2017 e o Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará (Lei Estadual nº 16.208/2017).

A Formação Inicial é de fundamental importância, visando a preparação para o exercício efetivo das funções de gestão administrativa e judiciária, tendo caráter humanista, ético e interdisciplinar.

A Programação do Curso foi distribuída da seguinte forma: 40 horas-aula referentes ao Módulo Nacional da Enfam, 290 horas-aula de disciplinas teórico-práticas e 180 horas-aula para o estágio supervisionado nas varas e visitas técnicas a outras unidades judiciais.

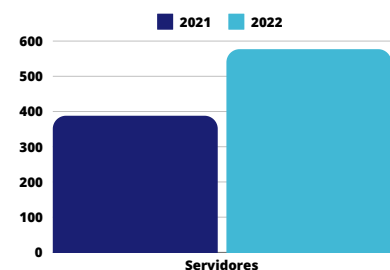
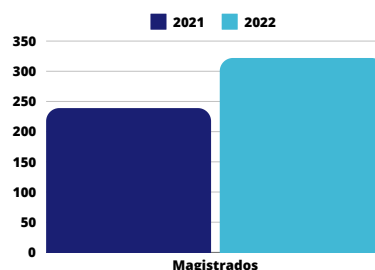
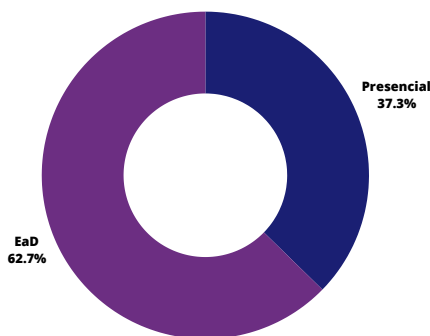
A ação educacional do Curso foi pautada no planejamento de ensino no contexto da magistratura, sendo as aulas intercaladas com as atividades práticas supervisionadas, expositivas e dialogadas, com ênfase na participação e na reflexão crítica do educando magistrado, garantindo ao novo magistrado a possibilidade de vislumbrar um cenário que aponta para sua segurança e eficiência no desempenho de suas atividades jurisdicionais.

Ano	Número de Total de Turmas	Datas de realização	Número de Magistrados Formados	Carga horária
2021 - 2022	02	VI Curso de Formação Inicial de Juíze(a)s Substituto(a)s 02/03/2020 a 31/01/2022	25	510h/a
		VII Curso de Formação Inicial de Juíze(a)s Substituto(a)s 18/10/2021 a 04/02/2022	32	480h/a
	TOTAL		57	990

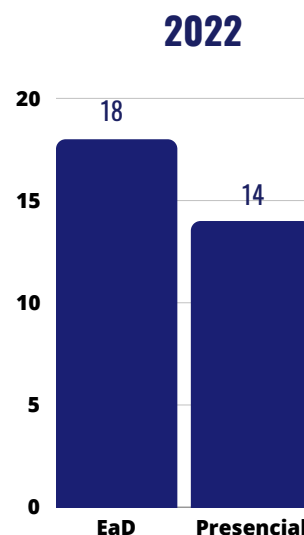
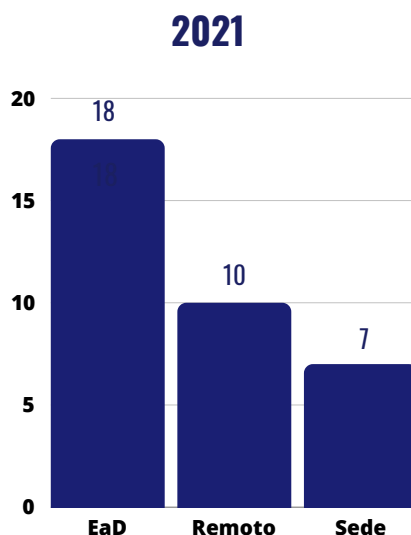
FORMAÇÃO CONTINUADA

CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA

A Formação Continuada, essencial para o aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências profissionais necessárias a magistrados(as) e servidores(as), trouxe resultados positivos para a capacitação dos integrantes do Poder Judiciário. Como resultado, no biênio, foram realizados **67 cursos de formação continuada**, destes quase 63% na modalidade Educação a Distância. Em 2021, **239 magistrados** foram capacitados em cursos de formação continuada. O número de servidores capacitados também foi expressivo, **388 servidores**. Já em 2022, a tendência de crescimento se confirma, tendo como resultado **322 magistrados** capacitados e **577 servidores**.

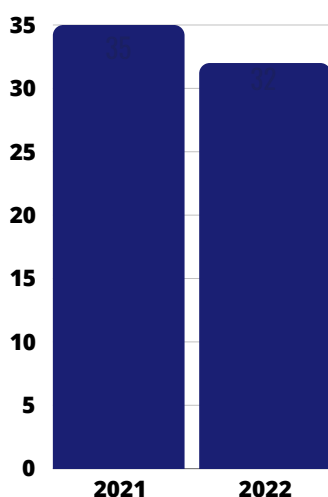


MODALIDADE DOS CURSOS



FORMAÇÃO CONTINUADA

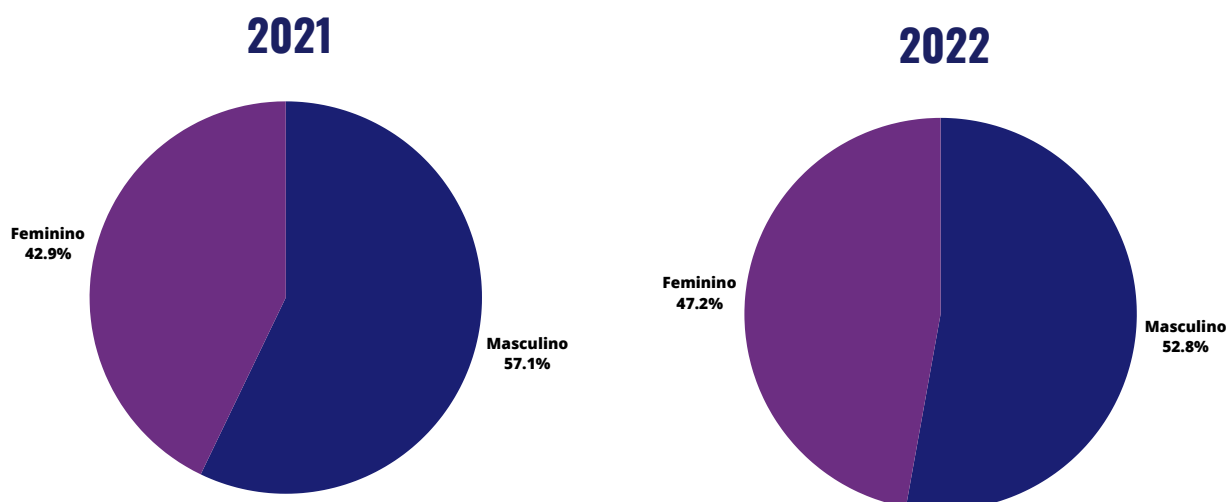
CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA POR ANO



FORMAÇÃO DE FORMADORES

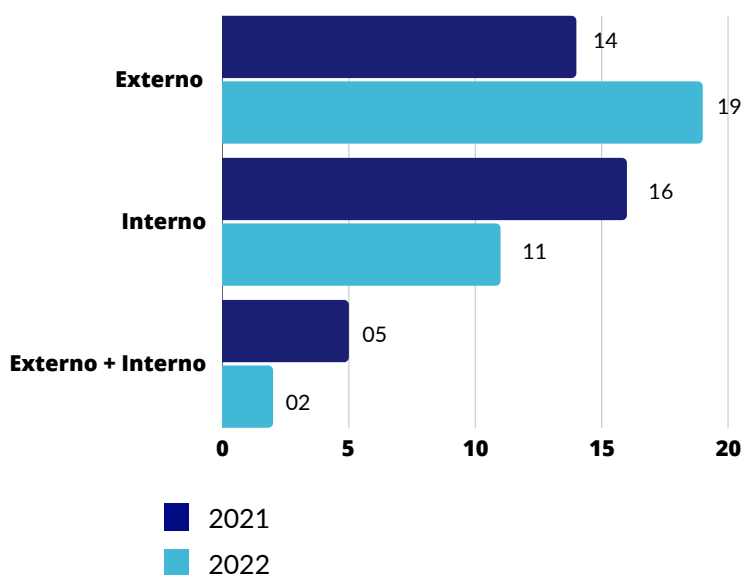
No primeiro trimestre de 2022, foi realizado o Nível 1 completo do curso Formação de Formadores, dividido em três módulos que somam 80h/a e realizado integralmente na modalidade Educação a Distância. Ao todo, agregam-se novos **38 formadores** ao corpo docente da Esmec, aprovados com aproveitamento em todas as etapas da capacitação.

GÊNERO DO FORMADOR



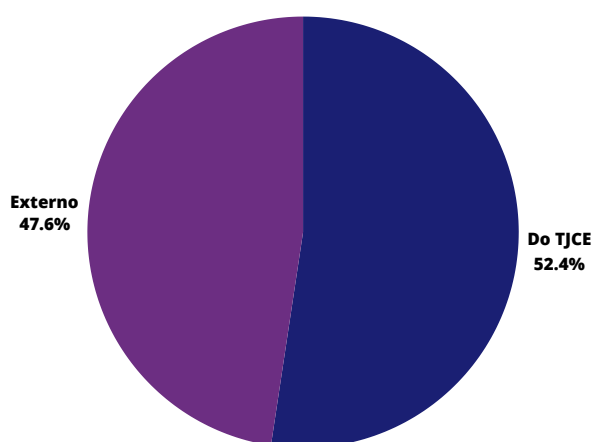
FORMAÇÃO CONTINUADA

RESUMO FORMADOR

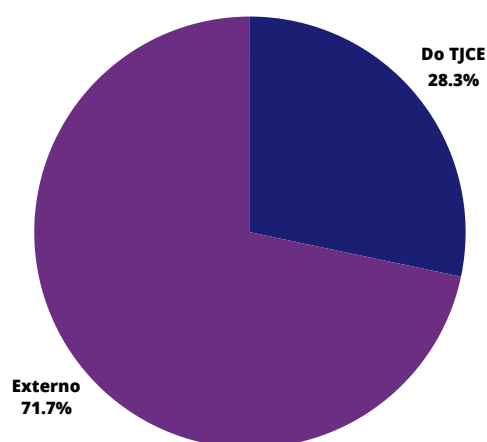


DETALHAMENTO DO FORMADOR

2021

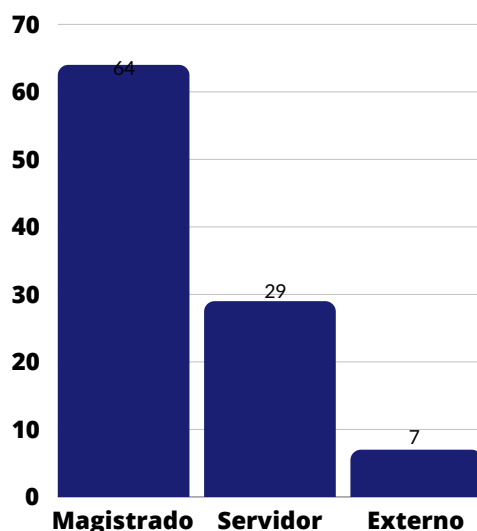


2022

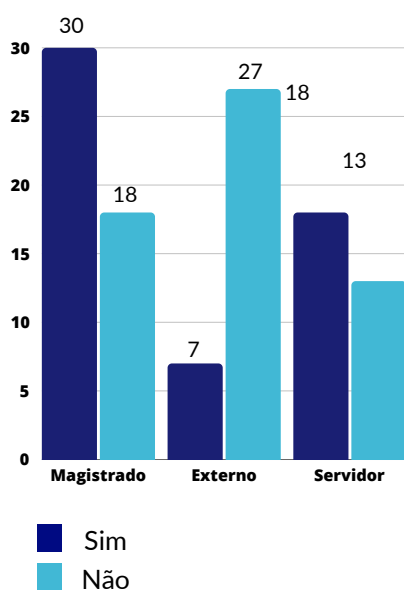


FORMAÇÃO CONTINUADA

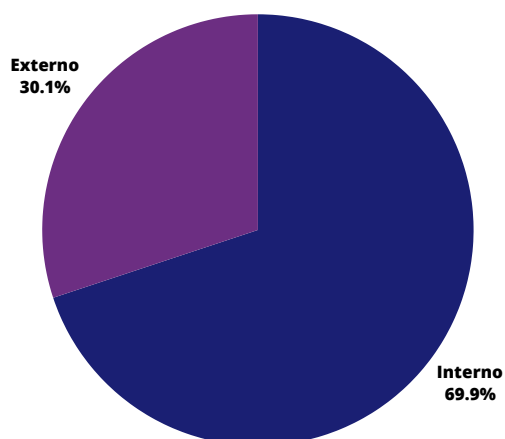
LEVANTAMENTO GERAL FOFO - FORMADORES 2021-2022



DISTRIBUIÇÃO DE TUTORES ATUANTES POR CATEGORIA



DISTRIBUIÇÃO TUTOR



FORMAÇÃO CONTINUADA

No biênio, também foram realizados 19 cursos alinhados com Metas Nacionais do Conselho Nacional de Justiça e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU)

Período	Evento	Magistrados capacitados	Servidores capacitados	Meta CNJ/ ODS
Abril 2021	Lei Maria da Penha	18	5	ODS 5 e 10 Meta 08/CNJ Resolução N° 254/2018 – CNJ.
Abril 2021	Gestão Adequada de Conflitos em Ambiente Virtual	20	09	Meta 03/CNJ
Abril 2021	Depoimento Especial de Criança e Adolescente	14	11	Resolução N°36/2014 - CNJ ODS 17
Junho 2021	Crise da Pandemia de Covid 19 e seus impactos nas empresa	13	13	ODS 03
Agosto 2021	Tecnologia da comunicação/Sistemas Judiciais – Turma 1	22	8	Meta 10/CNJ
Agosto 2021	Políticas de mediação e conciliação	22	7	Meta 03/CNJ
Agosto 2021	Políticas Públicas voltadas para Infância e Juventude na visão das ODS da Agend	12	5	Meta 11/CNJ ODS 17
Agosto 2021	Gestão de Unidades Judiciais	15	4	ODS 16
Setembro 2021	Ética e Humanismo na Atividade Jurisdiciona	11	24	ODS 03
Setembro 2021	Judicialização da Saúde Pública - Fundamentos e práticas para a atuação judicial	13	6	Resolução N°238/ 2016 -CNJ
Setembro 2021	A Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD	7	14	Meta 10/CNJ
Novembro 2021	Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo: Gestão de Vagas e Práticas Socioeducativas	0	06	Meta 11/CNJ
Fevereiro 2022	Assédio Moral no Serviço Público	23	13	Resolução N° 351/2020 - CNJ
Maio 2022	Gestão de Unidades Judiciais	8	16	ODS 16
Maio 2022	Lei Geral de Proteção de Dados	37	0	Meta 10/CNJ
Maio 2022	Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes	16	16	Meta 11/CNJ Resolução N°36/2014 - CNJ ODS 17
Maio - Junho 2022	Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) e suas Funcionalidades	27	02	Meta 11/CNJ Resolução N°36/2014 – CNJ Resolução N° 289/2019 - CNJ ODS 17
Junho 2022	Políticas de Mediação e Conciliação	18	16	Meta 03/CNJ
Agosto 2022	Desdobramentos da Lei Maria da Penha: aspectos teóricos e práticos	28	0	ODS 5 e 10 Meta 08/CNJ Resolução N° 254/2018 – CNJ.

PÓS-GRADUAÇÃO

Pós-Graduação
lato sensu

**Direito Público e
Poder Judiciário**

A Esmec, atenta às necessidades próprias da atuação jurídica, verificou a necessidade de proporcionar aos integrantes do Poder Judiciário do Estado do Ceará, estudos aprofundados sobre temas e procedimentos fundamentais à atividade jurisdicional. Com o objetivo de promover a formação continuada de alto nível, a Esmec lançou em 2022 o curso de Pós-graduação lato sensu (Especialização) em Direito Público e Poder Judiciário para magistrados (as) e servidores (as) do Poder Judiciário do Estado do Ceará. O processo seletivo, regido pelas diretrizes do Edital de Seleção n. 01/2022, publicado no DJ dia 10.02.2022, teve **53 inscrições para a composição de 40 vagas**.

Chancelado pela Portaria de Credenciamento n° 346/2021 da Enfam e Parecer n° 038/2022 do Conselho Estadual de Educação, o curso presencial possui 360h/a, distribuídas em 18 módulos de 20h/a cada, com 60% da carga horária destinada às aulas presenciais e 40% (136 h/a) destinada às atividades remotas pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem Esmec. As normas que regulamentam os cursos de especialização ofertados pela própria Esmec constam da Resolução n° 21 do Órgão Especial, publicada no Diário da Justiça de 7 de junho de 2018. Os prazos são regulamentados pela Portaria n° 11/2018.



Edital Público de Seleção n° 01/2022 - Esmec

Número de alunos (as): 40 (quarenta)

(15 magistrados e 25 servidoras e servidores)

Data de início do curso: 18 de março de 2022

Data de realização do último módulo teórico: 31 de março de 2023

Data de encerramento (considerando a data de conclusão do TCC): 31 de junho de 2023.

PÓS-GRADUAÇÃO

MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS



Em 2015 foi celebrado convênio entre o Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmec) e Fundação Universidade Estadual do Ceará (FUNECE), visando a colaboração entre as partes para realização do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas – MPPPP, para contribuir com o processo de qualificação dos (as) magistrados (as). Pelo acordo celebrado, cabe à Esmec o apoio e infraestrutura para realização do curso nas dependências da escola, além de atuação no processo seletivo. As despesas com a realização do curso ficam a cargo da escola. As aulas foram iniciadas dia 07 de novembro de 2022, das 19h às 22h, com a presença de 06 servidores (as) do TJCE, em um total de 44 vagas ofertadas pelo Programa.

Edital de Chamada Pública nº 56/2022-Uece

Início de aulas da Turma 2022/2024 (4ª turma na Esmec): 8 de novembro de 2022

Alunos na turma: 40 (quarenta)

Vagas ofertadas para servidores/magistrados do TJCE: 10 (dez)

Alunos do TJCE selecionados: 6 (seis)

EXTENSÃO

EVENTOS ABERTOS AO PÚBLICO

Em 2021, a Esmec realizou **28 eventos e palestras**, e em 2022, apenas **15**, o que representa cerca de 53% das atividades de mesma natureza realizadas no ano anterior. A redução pode ser justificada pelos seguintes fatores: dedicação a outras iniciativas educacionais como Pós-Graduação, maior volume de Cursos de Extensão e eventos solicitados por outros setores do próprio tribunal, cuja demanda foi atendida pela Esmec, e considerável complexidade dos procedimentos referentes ao pagamento de palestrantes (Documentação: Termo de Referência, Justificativa, Proposta de Honorários, comparativo de preços, Documento de Formalização da Demanda), sobretudo quando o pagamento é solicitado para pessoa jurídica. Com a Publicação da Portaria n. 39/2022, que fixa a retribuição financeira devida aos (às) palestrantes no âmbito da Esmec, há forte tendência de retomada mais otimizada dos procedimentos internos para realização de novas palestras e iniciativas educacionais de extensão.

Trata-se de uma diretriz nuclear da Gestão Esmec biênio 2021/2023 a priorização de atividades educacionais voltadas à formação de magistrados (as) e servidores (as), ampliando os debates à participação de público externo para palestras presenciais e remotas.

CAPACITAÇÃO PJE

A partir de uma demanda apresentada pela Superintendência da Área Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, a Esmec também realizou, em 2021 e 2022, cursos de Capacitação e Implementação do Processo Judicial Eletrônico – PJE.

O propósito da formação consiste em capacitar os (as) usuários (as) que passarão a utilizar o sistema PJe nas competências Fazenda Pública e Execução Fiscal no primeiro grau, bem como os (as) usuários (as) do segundo grau na competência de Direito Público e Turma Recursal Fazendária.

O eixo curricular dos ciclos está subdividido em turmas distribuídas de acordo com o público-alvo (magistrados, oficiais de justiça, estagiários, servidores efetivos e comissionados com atuação em Secretaria e Gabinetes, além de público externo composto por advogados, servidores do Ministério Público e Defensoria Pública). Os cursos foram ministrados por facilitadores (as) indicados (as) pelo TJCE, com uma abordagem a partir de plataforma teste. Os cursos foram realizados de forma virtual (Plataforma Microsoft Teams), nos seguintes horários: 8h às 12h / 13h às 17h / 14h às 18h

Ao todo, foram capacitados **33 magistrados (as) e 969 servidores (as)**, além de público externo. Como aspecto positivo, é possível destacar a facilidade de acesso e comodidade do curso à distância, sobretudo para comarcas do interior do Estado. No entanto, como aspecto negativo (conforme indicado nas Avaliações de Reação) ressalte-se a falta de experiência de muitos(as) facilitadores (as) na condução de uma sala de aula virtual, a baixa interação de alguns participantes e a carência de aulas com aplicações práticas das ferramentas mais necessárias.

EXTENSÃO

CICLO DIREITO E ECONOMIA (FGV)

Em 2021, foi celebrado Acordo de Cooperação Científica e Acadêmica entre Tribunal de Justiça do Estado do Ceará - TJCE e Fundação Getúlio Vargas - FGV (com fundamento na Lei nº 8.666/93) para a realização do Ciclo de Formação em Direito e Economia, que engloba 04 cursos (40h/a cada, totalizando 160h/a), cujo objetivo é capacitar magistradas e magistrados para realizar a análise crítica da relação entre Direito e Economia, aplicando o instrumental econômico na análise das questões jurídicas apresentadas à sua jurisdição.

De acordo com a Cláusula n.9, itens 9.1 e 9.2 do Acordo de Cooperação Científica e Acadêmica, os cursos não demandam ônus aos interessados, sendo, pois, inteiramente gratuitos. Não há qualquer custo, despesa ou reembolso de qualquer natureza por parte do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) para a FGV.

SIMPÓSIO PODER JUDICIÁRIO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: IMPLICAÇÕES PRÁTICAS

Regulamentado pelo Conselho Nacional de Justiça no final de 2020, o uso de inteligência artificial no Poder Judiciário pode agilizar o andamento de processos e também contribuir com a transparência e o acesso à informação pela sociedade. Assim, o evento se propôs a debater os atuais e potenciais usos de ferramentas de tecnologia da informação, que, diferentemente dos sistemas convencionais, é capaz de executar tarefas de maior complexidade e ampliar a produtividade dos tribunais. Resultado de uma parceria entre o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e Programa de Modernização do Judiciário do Ceará (PROMOJUD), com realização pela Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec), o evento contou com a participação de palestrantes nacionalmente reconhecidos, que abordaram as seguintes temáticas: Impacto dos avanços tecnológicos no Poder Judiciário. Contribuição dos algoritmos para conferir maior celeridade processual. Aplicações práticas da tecnologia para o Direito. Plataforma SINAPSES, Projeto Victor, Sistema APOLO, Sistema ATHOS, Sistema SIGMA e SINARA, Sistema BERNA.

Data de Realização: 23 e 24 de junho de 2022

Quantidade de vagas: 250

Quantidade de inscritos: 159

Quantidade total de aprovados: 139

Quantidade de Magistrados aprovados: 30

Quantidade de Servidores aprovados: 109

Quantidade de Público externo aprovado: não se aplica

Público-alvo: magistrados e servidores



PESQUISA

O Grupo de Pesquisa “Dimensões do Conhecimento do Poder Judiciário”, vinculado à Coordenação de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, reúne pesquisadores (as) e estudantes interessados em desenvolver conhecimento novo em temáticas de interesse do Poder Judiciário. O grupo está atualmente estruturado em quatro linhas de pesquisa distintas, cada uma delas coordenada por um(a) professor(a) doutor(a), cujos participantes se dividem em juízes (as), servidores (as) e pesquisadores (as) externos (as) em nível de graduação, mestrado e doutorado.

COMPOSIÇÃO ATUAL DO GRUPO DE PESQUISA “DIMENSÕES DO CONHECIMENTO DO PODER JUDICIÁRIO”

Linha de Pesquisa	Doutorado	Mestrado	Especialização	Graduação	Pesquisadores e Estudantes
Políticas Públicas, Sociedade e Sistema de Justiça	8	7	3	0	18
Direitos Humanos	4	6	3	4	18
Gestão Pública e Inovação no Poder Judiciário	4	5	3	0	12
Jurimetria e Poder Judiciário	4	4	4	1	13

A linha de pesquisa Políticas Públicas, Sociedade e Sistema de Justiça possui o objetivo de investigar como as políticas públicas podem contribuir para a transformação social e o aprimoramento do sistema de justiça, examinando também o papel, os limites e a atuação do Judiciário no controle de políticas públicas e seus impactos no cotidiano dos cidadãos e da sociedade. A linha de pesquisa Direitos Humanos se destina a consolidar na prática científica com implicações jurídico-sociais o estudo da teoria e prática dos direitos humanos, dos direitos fundamentais, bem como da jurisprudência consolidada pelos Tribunais nacionais e internacionais. A linha de pesquisa Gestão Pública e Inovação no Poder Judiciário se propõe a estudar os mecanismos de acompanhamento da gestão do Poder Judiciário.

A linha de pesquisa Jurimetria e Poder Judiciário foi criada em 2021 para desenvolver estudos empíricos sobre o comportamento do Poder Judiciário com base em dados, em especial, sobre a atuação do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, utilizando 02 fatores de fundamental relevância: o tratamento empírico dos fenômenos como ferramenta metodológica para a investigação, e a utilidade das descobertas para o jurisdicionado e instituição. Atualmente, a linha de pesquisa está em fase final de elaboração da coletânea intitulada “Tribunal de Justiça do Estado do Ceará: iniciativas para a democratização de direitos”, com previsão de publicação para o primeiro semestre de 2023, cujo principal propósito consiste em divulgar a atuação de magistradas e magistrados, servidoras e servidores do TJCE. O livro não terá custos de produção, uma vez que responderá ao convite da Editora Conceito Atual.

PESQUISA

RELATÓRIO SINTÉTICO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA INFORMADA POR CADA LINHA (PERÍODO: JAN.-DEZ./2021)

Linha de Pesquisa	Livros	Capítulos de Livros	Organização de Livros	A1	A2	B1	Anais de Evento	Total
Políticas Públicas, Sociedade e Sistema de Justiça	0	9	1	0	1	2	3	16
Direitos Humanos	0	23	1	1	0	2	0	27
Gestão Pública e Inovação no Poder Judiciário	0	0	0	0	0	1	2	3
Jurimetria e Poder Judiciário	4	15	3	1	3	5	0	27

RELATÓRIO SINTÉTICO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA INFORMADA POR CADA LINHA (PERÍODO: JAN.-DEZ./2022)

Linha de Pesquisa	Livros	Capítulos de Livros	Organização de Livros	A1	A2	B1	Total
Políticas Públicas, Sociedade e Sistema de Justiça	0	13	4	0	0	1	17
Direitos Humanos	0	12	5	3	0	0	20
Gestão Pública e Inovação no Poder Judiciário	1	0	1	0	0	4	6
Jurimetria e Poder Judiciário	0	14	1	0	1	5	21

Para contabilizar a produção final de contribuição científica de cada linha de pesquisa, são consideradas contribuições em atinência temática e em conformidade com o Desdobramento Estratégico da Esmec, alinhado ao Planejamento Estratégico do TJCE.

PESQUISA

EVENTOS DE PESQUISA REALIZADOS

Em 2021 foi realizado o Congresso Interinstitucional de Pesquisas, em parceria com o Grupo Transdisciplinar de Estudos e Pesquisas Interinstitucionais (GTeia), da Universidade Federal do Ceará (UFC), nos dias 8, 9 e 10 de dezembro de 2021. O evento, transmitido ao vivo pelo Youtube e com programação gravada, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=XAeffrOOlf4> congregou o II Encontro de Pesquisa da Esmec e o II Seminário Internacional de Pesquisas Transdisciplinares.

LIVROS PUBLICADOS



“Políticas Públicas, Sociedade e Sistema de Justiça”
(Editora Metrics, 2022)



“Dimensões do Conhecimento do Poder Judiciário”
(Editora Conceito Atual, 2022)



“Poder Judiciário em Pesquisas Transdisciplinares”
(Editora Ilustração, 2022)

Todas as obras foram publicadas em formato e-book e impresso por editoras nacionais, de reconhecido prestígio acadêmico e com Conselho Editorial atendendo às exigências da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes).

PROJETOS DE PESQUISA ESMEC E TJCE

PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DE LIDERANÇAS FEMININAS PROJETO: MULHERES LÍDERES

O TJCE desenvolveu, entre diversas iniciativas de abrangência social, o Programa de Fortalecimento de Lideranças Femininas com foco na promoção de ambiente organizacional mais favorável para a atuação das mulheres do Poder Judiciário cearense enquanto líderes e desenvolvimento de competências de liderança e gestão.

O Programa foi pensado para alcançar três eixos fundamentais: I) realizar pesquisa diagnóstica sobre a presença feminina em cargos de liderança e gestão no TJCE; II) implementar uma política de incentivo profissional para conferir oportunidades por meio de um plano de ação para a valorização de mulheres com atuação no Poder Judiciário cearense e III) realizar um programa de cursos de capacitação para fortalecimento da liderança feminina e valorização das mulheres, a partir de pesquisa diagnóstica direcionada às magistradas de 1º e 2º graus, servidoras efetivas e comissionadas, profissionais terceirizadas e estagiárias de todo o Estado do Ceará.

A pesquisa foi autorizada pela Presidência do TJCE e direcionada às mulheres que ocupam as funções de servidoras (efetivas e comissionadas), estagiárias e magistradas de 1o e 2o graus, no entanto, houve apenas 163 respondentes

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS PROJETO: MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS DE MAGISTRADAS E MAGISTRADOS DO TJCE

Tão importante quanto o domínio dos conceitos e práticas jurídicas é a atuação organizada de juízes como gestores de gabinete, conciliando habilidades profissionais complexas. Ao ser selecionado por concurso público, o Juiz de Direito passa a exercer a função jurisdicional caracterizada por conhecimentos técnicos que não podem ser embaraçados por questões gerenciais e atitudinais pendentes. É fundamental, portanto, compreender como se estabelece, na prática, a dinâmica entre as competências necessárias para a integração e coordenação das funções diretivas e jurídicas. Por isso, o TJCE, para promover o aperfeiçoamento de servidores (as) e magistrados (as) no âmbito do Projeto Estratégico de Desenvolvimento de Pessoas, incumbiu à Esmec de uma tarefa pioneira: o mapeamento das competências judiciais.

Para o desenvolvimento de uma das fases do projeto, será realizado o “Ciclo de Formação em Metodologia para Planejamento e desenvolvimento de Competências”, que se dividirá em 02 (dois) Módulos (Módulo I – Aspectos teóricos da metodologia para mapeamento de competências e Módulo II - mapeamento e avaliação de competências: aspectos práticos) promovido pela Escola Superior da Magistratura do Ceará - Esmec. O propósito consiste em capacitar participantes para que saibam como identificar quais são as principais competências para a atuação de magistradas e magistrados do TJCE, com base na concepção de três esferas: técnica, atitudinal e gerencial, que se diferenciam das competências jurisdicionais.

PESQUISA

PARTICIPAÇÃO EM EDITAIS DE PESQUISA

Pela primeira vez, o Grupo de Pesquisa “Dimensões do Conhecimento do Poder Judiciário”, da Esmec, concorreu a dois Editais de Financiamento de Pesquisa:

EDITAL Nº 01/2021, CHAMADA PÚBLICA Nº 2/2021 (NACIONAL) – 5ª EDIÇÃO DA SÉRIE JUSTIÇA EM PESQUISA

Tema 4: Comportamento Judicial em Relação à Convenção Americana de Direitos Humanos Projeto de Pesquisa: “Panorama quali-quantitativo da aplicabilidade do controle de convencionalidade no Poder Judiciário brasileiro entre os anos de 2015 a 2022: uma análise sobre o comportamento judicial em relação à Convenção Americana de Direitos Humanos” Colocação: classificado em 3º lugar (depois da PUCPR e USP)

Objetivo: analisar o grau de conhecimento, reconhecimento e aplicação por magistradas e magistrados brasileiros dos fundamentos convencionais da Convenção Americana dos Direitos Humanos sobre as audiências de custódia, no período de 2015 a 2022

Colocação: 3º lugar

EDITAL Nº 07/2021 (ESTADUAL), DE AUXÍLIO PARA APOIO A PROJETOS DE GRUPO DE PESQUISA, DA FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – FUNCAP

Projeto de Pesquisa: “Inclusão do Direito Digital e Direito Antidiscriminação nos concursos para a magistratura e nos cursos de formação das escolas estaduais de magistratura: pesquisa quali-quantitativa da avaliação de impacto destes novos conteúdos no recrutamento de juízes, na educação judicial e seus possíveis reflexos na qualidade das decisões”

Colocação: não classificado na fase de pré-qualificação pelo fato de a Esmec não ser Universidade

Objetivo: Analisar o grau de conhecimento, reconhecimento, valorização e aplicação pelos magistrados brasileiros do Direito Digital e do Direito Antidiscriminatório no período de 2022 a 2024, após a entrada em vigor das alterações da Resolução nº 75 do CNJ

BIBLIOTECA

BDJUR

A Biblioteca Digital do Poder Judiciário do Estado do Ceará armazena, preserva, divulga e dá acesso à sua produção bibliográfica, em formato digital. A Bdjur armazena publicações desenvolvidas pelos (as) pesquisadores (as) das linhas de pesquisa vinculadas à Esmec, conferindo visibilidade às produções científicas de magistrados (as) e servidores (as), além de servir como repositório para os trabalhos de conclusão de curso já produzidos na Esmec e acesso ao acervo.

PERGAMUM



Em janeiro de 2022, o TJCE adquiriu software Pergamum para o gerenciamento e automação das bibliotecas do Poder Judiciário do Estado do Ceará e Esmec, com fornecimento de licença definitiva do software, migração das bases existentes, treinamento e suporte técnico com atualização de versão. Com a adoção da ferramenta, foi realizado o expurgo pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TJCE (julho/2022), encerrando-se o contrato com o sistema SIABI – Sistema de Automação de Bibliotecas (contrato de prestação de serviços de suporte técnico celebrado entre TJCE e WJ Serviços de Informática Ltda em abril/2018) para inaugurar uma nova fase de usabilidade, refinamento de busca e gerenciamento do acervo da Biblioteca.

CAJU

Dando ênfase ao desenvolvimento de intercâmbios entre serviços de biblioteca digitais, A Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec) e Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) celebraram em fevereiro de 2022 um Termo de Cooperação Técnica inédito para conceder acesso gratuito a parte do acervo da plataforma CAJU para todos os magistrados e magistradas do TJCE. A iniciativa dá continuidade às ações estratégicas da Escola para incentivar e aperfeiçoar a produtividade científica no Poder Judiciário cearense. A Central de Atendimento ao Juiz Federal (CAJU) é uma unidade do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) do Conselho da Justiça Federal (CJF). O serviço, antes exclusivo para magistrados federais, agora fornece informações sobre doutrina, legislação e jurisprudência, subsidiando o julgamento de processos, ampliando a qualidade das decisões e fomentando a pesquisa para magistradas e magistrados do TJCE, de forma exclusiva e inédita.

REVISTA THEMIS

A Revista Themis é o periódico científico (publicação oficial) editado pela ESMEC (ISSN 1808-6470 e e-ISSN 2525-5096), com periodicidade semestral, onde são publicados artigos científicos selecionados pelo sistema duplo cego, dentro da linha editorial "Justiça, Gestão Pública, Direitos Humanos, Educação e Políticas Públicas".

O periódico adota os critérios estabelecidos pela Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), possuindo desde 2016 o estrato Qualis B5 (área de Direito). O periódico conta com um Conselho Editorial formado por 25 membros (com 31 doutores/as), alguns com atuação no exterior (Holanda, Espanha, Itália e França) em diversas instituições (Corte Internacional de Justiça, Universidade de Estrasburgo e Universidade de Sevilha).

DIGITAL OBJECT IDENTIFIER – DOI  Associação Brasileira de Editores Científicos

Como ação para o alinhamento estratégico institucional ao indicador de qualidade nº 3, em 2021 foram iniciadas as negociações para a associação da Esmec à ABEC – Associação Brasileira de Editores Científicos, para a aquisição do DOI1 - Digital Object Identifier, como padrão de identificação, composto por números e letras, de artigos, anais ou proceedings e outras publicações científicas em redes digitais para os artigos publicados na Revista Themis. Trata-se de um requisito formal relevante para a qualificação da revista e elevação da estratificação. Para a aquisição e atribuição de registros DOIs para as publicações editadas pela Esmec, solicitou-se inicialmente **100 (cem) registros**, totalizando o valor de R\$ 561,00 (quinhentos e sessenta e um reais). A contratação tem o valor total estimado de R\$ 1.061,00 (um mil e sessenta e um reais), compreendendo: i) a filiação da ESMEC junto à ABEC Brasil e pagamento da anuidade e socioinstitucional, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais); ii) aquisição e atribuição de 100 registros DOI, no valor de US\$100,00 (cem dólares) ou R\$ 561,00 (quinhentos e sessenta reais). Conforme os termos do contrato firmado, este terá vigência prevista de 12 (doze) meses².

REFORMA NO SITE

Entre os meses de fevereiro e junho de 2022 foram realizados os testes necessários à atualização do sistema Open Journal Systems (OJS 3.3.0.13) da Revista Themis. Para tanto, a Esmec contou com apoio da Secretaria de Tecnologia da Informação (SETIN), que deu o suporte necessário para o andamento dos trabalhos. Em junho de 2022 solicitou-se à SETIN que procedesse a realização das customizações do sistema Open Journal Systems (OJS 3.3.0.13).

A Revista Themis está inserida nos seguintes indexadores: Latindex, Diadorim, Google Scholar ou Google Acadêmico, Rede Latinoamericana de Revistas (LatinRev) e Revistas de Livre Acesso (LivRe), ampliando as possibilidades de acessos e evidenciando o reconhecimento do periódico no meio acadêmico. A Revista Themis vem cumprindo vários critérios exigidos pelo indexador Scopus, que é considerado a maior base internacional de dados e citações.

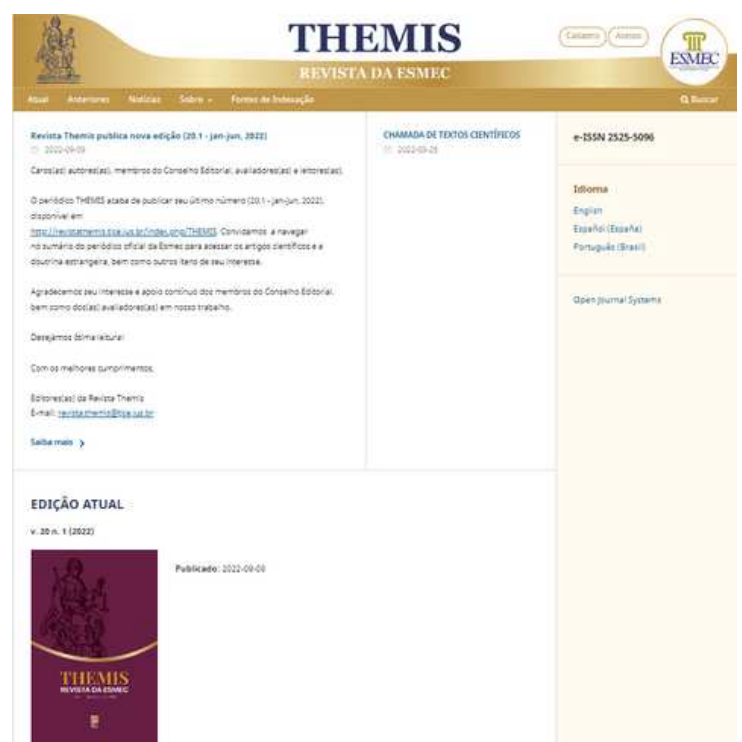
QUANTIDADE DE VOLUMES E ARTIGOS PUBLICADOS

v. 19, n. 1, 2021 - 10 artigos

v. 19, n. 2, 2021 - 11 artigos

v. 20, n. 1, 2022 - 10 artigos

Total: 31 artigos publicados com registro de DOI



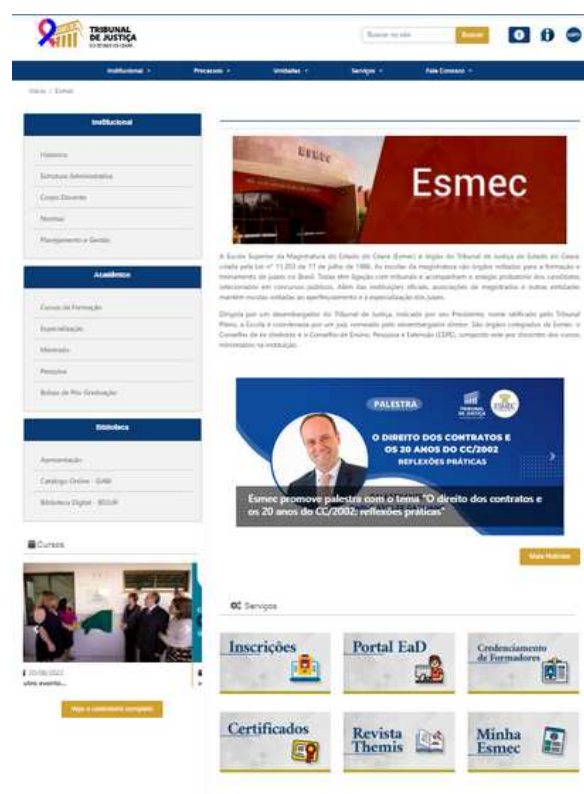
The screenshot displays the website for 'THEMIS REVISTA DA ESMEC'. At the top, there are navigation links for 'Atual', 'Artigos', 'Médias', 'Sobre', and 'Formas de Inibição', along with a search bar. The main content area features a news item titled 'Revista Themis publica nova edição (20.1 - jan-jun, 2022)' with a date of 2022-09-09. Below this, there is a list of editorial board members, including 'Carolinei autrestali, membro do Conselho Editorial, avaliadores(as) e letores(as)'. A section titled 'CHAMADA DE TEXTOS CIENTÍFICOS' is also visible, dated 2022-09-08. On the right side, the e-ISSN 2525-5096 is listed, along with language options: 'Idioma: Inglês, Espanhol (Espanha), Português (Brasil)'. At the bottom, there is a section for 'EDIÇÃO ATUAL' showing 'v. 20 n. 1 (2022)' and a publication date of '2022-09-09' next to a cover image of the journal.

COMUNICAÇÃO

Com o objetivo de se fazer acessível à sociedade, a Esmec empenha-se na elaboração de estratégias para manter comunicação contínua, engajada e eficiência com os públicos interno e externo. Dentre essas estratégias encontra-se o engajamento nas redes sociais, que além de atender aos princípios da transparência e publicidade, entrega aos cidadãos conhecimentos e informações relevantes do âmbito jurídico. Nesse sentido, a Esmec se faz presente no Facebook, Instagram, YouTube e mantém um site.

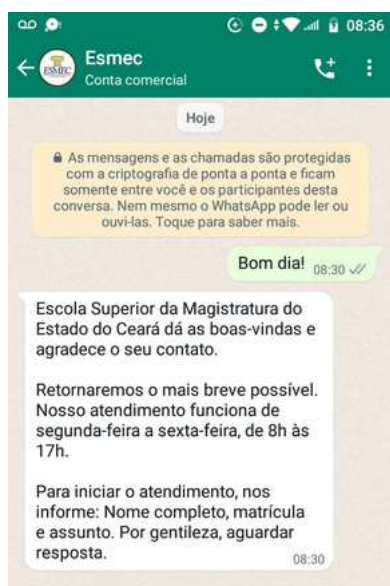
REFORMA NO SITE DA ESMEC

Com o objetivo de tornar mais acessível seu conteúdo informativo, garantindo a transparência e a ampla divulgação das ações educativas promovidas, a Esmec reformou sua página institucional. Disponibilizada agora dentro do site do TJCE (<https://www.tjce.jus.br/>), a página foi alinhada à identidade visual da instituição e teve seu conteúdo reorganizado de forma mais intuitiva, facilitando o encontro de informações importantes para o corpo docente e discente.



WHATSAPP BUSINESS

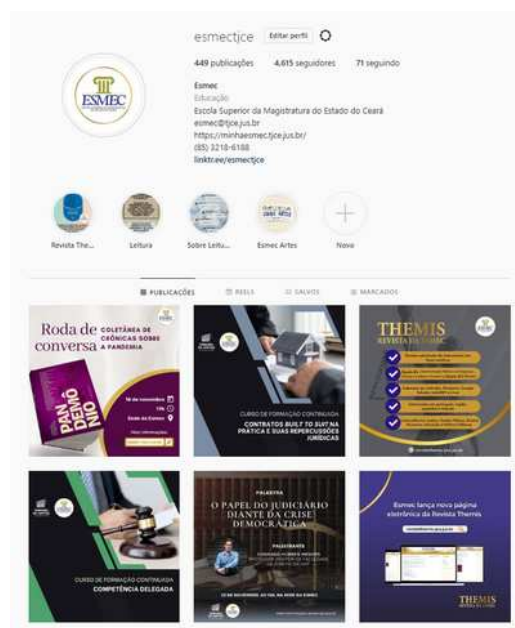
Ampliando suas ferramentas de comunicação, a Esmec passa a utilizar o Whatsapp Business para atendimento ao público. A iniciativa tem como objetivo propiciar um contato mais célere entre a instituição e o corpo docente e discente, divulgar ações educativas, esclarecer dúvidas, encaminhar contatos e receber reclamações, elogios e sugestões.



COMUNICAÇÃO

INSTAGRAM

Ao final do biênio, o perfil da Escola no Instagram (@esmectjce) adquiriu mais de **1000** seguidores, totalizando mais de **4600**. Divulgando cursos, eventos, compartilhando homenagens e informações de relevância pública, a Esmec fez mais de **166** postagens na plataforma durante o biênio.



YOUTUBE

Em compromisso com a missão de disseminação do conhecimento, a Esmec mantém canal no Youtube para disponibilizar para livre acesso conteúdo educativo, gravação de aulas, palestras, seminários, simpósios, dentre outros. No biênio, foram disponibilizados **52** vídeos no canal Esmec TJCE, com mais de **20 mil** visualizações. Ressalta-se que o número de inscritos no canal dobrou durante o biênio, totalizando mais de **1600**.

